

PATRIMÔNIO E PAISAGEM EM TERESINA: Ações através da educação patrimonial

(1) Rômulo Carvalho, Alcília Afonso, Jaqueline Inagda, Antonio Pablo Nunes, Karla Simões

Universidade Federal do Piauí

Mail: romulo.c@outlook.com

kakiafonso@hotmail.com

jaqueline_inagda@hotmail.com

pablonunes14@hotmail.com

karla.ks.simoies@outlook.com

RESUMO

O presente artigo trata da questão do patrimônio e paisagem na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí. Nele se destaca a importância de ações para a educação patrimonial, como ferramentas propulsoras de práticas preservacionistas do patrimônio cultural, no qual se inclui a paisagem urbana - conceito também abrangido neste trabalho. De um modo geral, a desvalorização do patrimônio cultural é consequência da escassez de ações educativas efetivas, que despertem a consciência das pessoas que interatuam com a paisagem urbana, de modo que estas despertem para uma relação de convivência onde não sejam meros observadores, mas também protagonistas de ações capazes de resgatar e difundir o valor da paisagem urbana como patrimônio.

Palavras chave: arquitetura e urbanismo, paisagem urbana, educação patrimonial

ABSTRACT

This paper addresses the matter of heritage and landscape in the city of Teresina, capital of the state of Piauí. Its highlight the importance of actions for heritage education as driving tools preservationists practices of cultural heritage, which includes the urban landscape - concept also covered in this work. In general, the devaluation of the cultural heritage is a result of lack of effective educational activities that raise awareness of people who interact with the urban landscape, so they jump into a relationship of coexistence which are not merely observers but also protagonists of actions capable of retrieving and disseminating the value of the urban landscape as heritage.

Key words: cultutal heritage, urban landscape, heritage education

INTRODUÇÃO

A concepção de ferramentas de difusão educativa pela valorização e preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico teresinense teve como objetivo maior instigar o interesse e despertar a consciência para tal discussão, expandindo as ações realizadas pelo grupo, tais como blog, exposições, livros, cartões postais e palestras. Neste sentido, buscaram-se subsídios para a implementação de ações de reconhecimento do Patrimônio Arquitetônico no município de Teresina, cidade rica em prédios históricos, entre os quais muitos vêm se perdendo através dos tempos.

Em um dos enfoques da educação patrimonial aqui discutido, apresentar-se-á a potencialidade da representação artística de obras que compõem o acervo da Arquitetura de Teresina por meio da técnica da aquarela, como ferramenta de resgate, valorização e reconstrução da memória da mesma. Considerando-se a relevância de se conhecer os processos, contextos e influências que permearam a concepção de obras da arquitetura teresinense, faz-se necessário trabalhar para seu resgate, valorização e conservação como patrimônio histórico e urbanístico. Com a ideia de representar o reflexo da arquitetura na paisagem de Teresina por meio de aquarelas de diversos edifícios, pretende-se contribuir para um resgate de cunho artístico, visual, sem, no entanto, perder o enfoque arquitetônico e urbanístico da pesquisa, embasada em abordagens históricas, técnicas e didáticas essenciais.

2 HIPÓTESES

O delinear metodológico indica o caminho a ser seguido pela pesquisa para assim atingir o objetivo estabelecido. Para tanto, foram elaborados questionamentos e construídas hipóteses de investigação afim de estabelecer os limites da investigação que vem sendo realizada.

Primeiramente, se questionou sobre o que é patrimônio histórico? E quais espaços e obras arquitetônicas possuem representatividade para a memória da cidade de Teresina? O desconhecimento e a falta de consciência histórica são os principais empecilhos a preservação de prédios e espaços históricos?

Em seguida, buscou-se reflexões sobre o conceito de educação patrimonial. Admite-se ser a educação patrimonial um agente catalizador para a retomada dos espaços arquitetônicos? A preservação do patrimônio cultural depende desta propagação do conhecimento e da valorização da diversidade através da projeção da pesquisa acadêmica para a comunidade?

3 METODOLOGIA

O desenvolvimento metodológico deste trabalho se dá através da discussão sobre o patrimônio e seu diálogo com a paisagem e sobre maneiras de assegurar a existência e conservação deste através da educação patrimonial.

A pesquisa acerca da conceituação de paisagem foi elaborada utilizando como base teórica, autores como Cullen (1983), que em seu livro intitulado "Paisagem urbana" define paisagem urbana a partir da análise de seus constituintes, como a rua, o edifício, etc. Ademais, embasou-se, para a abordagem de como o indivíduo ler e interpreta a cidade, em Lynch (1997).

Para a abordagem direcionada ao patrimônio, Gutiérrez (1989) dará suporte teórico sobre como a obra arquitetônica é importante como instrumento de testemunho histórico da própria existência humana.

4 CASO

4.1. Referencial Teórico

Azevedo (2013) apresenta algumas definições acerca da paisagem, afirmando que esta pode ser interpretada de diferentes maneiras, dessa forma, relata que *"a paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida também como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas"*.

Em suas definições, Azevedo (2013) explora a natureza interativa que existe entre homem e paisagem, seja esta um cenário natural a partir da qual grupos humanos construíram sua história em dada época, ou produto elaborado de acordo com contextos sociais, culturais e religiosos destes. Assim pode-se traçar duas abordagens essenciais da paisagem: aquela que foi originada pela natureza, sem intervenção do homem, ou como parte material da história de uma sociedade, resultado dos processos e transformações humanas. Neste último conceito enquadram-se as construções arquitetônicas e paisagísticas.

A partir do momento em que enxergamos paisagem como reflexo da atuação do homem no espaço, esta passa a ganhar significância como identidade de uma sociedade, seu patrimônio. A paisagem como patrimônio é de fato uma herança, um conjunto de legados concretos da história e cultura de um povo. Choay (2001) comenta que essa transmissão ou transferência de uma geração para a seguinte, seja de uma propriedade considerada como patrimônio do grupo e da família, ou do status relativo a tal propriedade, é de vital importância para a continuidade de um grupo social. Essa passagem é feita na forma de herança de bens e de práticas sociais.

De acordo com Azevedo (2013), neste processo de atribuição de valor, destaca-se o conceito de paisagem cultural, que fornece critérios para facilitar a identificação e preservação da paisagem como patrimônio. Pela Portaria IPHAN 127/2009, "Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores."

Com seu conceito simples e objetivo de paisagem urbana Cullen (1983) oferece uma proposta clara para a compreensão e análise do espaço. Segundo o autor, paisagem urbana é a arte de tornar coerente e organizado visualmente o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. Entretanto, Cullen (1983) é enfático ao sugerir que o homem, enquanto sujeito observador da paisagem urbana, é um agente passivo, isto é constrói e levanta dados da interação com a cidade, entretanto não interfere, não é um agente participante ativo diante das ocorrências urbanas.

Segundo Leff (2001), esse afastamento entre a paisagem observada, interpretada pela mente humana e a paisagem urbana, está diretamente ligada à carência de estudos ambientais, arquitetônicos e paisagísticos que incluam o pertencimento ambiente versus ser humano em sua totalidade e multidimensionalidade, sem isso a complexidade ambiental fica restrita aos instrumentos e conceitos que captura, parcialmente a paisagem e assim efetuam reducionismos da mesma; e são exatamente essas limitações as responsáveis pelas atuais degradações ambientais e da paisagem.

E é nesse momento que emerge a educação patrimonial, como ferramenta valiosa de aproximação entre a imagem da cidade pelo olhar pessoal de cada observador e o espaço urbano, que muitas vezes passa despercebido. Lynch (1997), mostra em seu livro "A imagem da cidade" o empirismo existente nas pessoas, relatando como as mesmas observam o espaço urbano em que convivem, sendo esse o motivo de como as pessoas moldam e entendem as cidades. Sobre a identidade referente ao ambiente físico, tal autor cria o termo chamado de imaginabilidade, explicado como "*[...] a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado [...]. Também poderíamos chamá-la de legibilidade ou, talvez, de visibilidade num sentido mais profundo, em que os objetos não são apenas passíveis de serem vistos, mas também nítida e intensamente presentes aos sentidos*".

Dessa forma, constata-se a impossibilidade de excluir da análise da paisagem urbana como patrimônio a interação entre o cidadão e a cidade em si, onde o homem estabelece um vínculo com o seu meio, elaborando a partir dessa relação uma nova percepção da estrutura do seu entorno. Gutiérrez (1989), aponta que a obra arquitetônica é o testemunho histórico sedimentado e acumulado dos modos de vida do homem e a perda de qualidade do ambiente físico acompanha o desaparecimento de valores culturais essenciais; assim, o cidadão vai aos poucos deixando de identificar-se com sua cidade.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) concebe educação patrimonial como todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. As ações educativas desenvolvidas no âmbito da preservação do patrimônio procuram sensibilizar o cidadão quanto à preservação de seu patrimônio e de sua memória por meio de posturas preservacionistas, uma vez que um dos principais fatores de dano ao patrimônio histórico e cultural é sua desqualificação como fonte de referência para a

identidade local, ocasionada muitas vezes por mero desconhecimento de sua importância e por influência de culturas “de fora”.

Nessa perspectiva, a educação é vista como um processo de apreensão de conhecimentos através da reflexão constante, do pensamento crítico, criativo e da ação transformadora do sujeito, constituindo-se uma atividade condicionada histórica e socialmente. Partindo desse pressuposto, a educação patrimonial é um processo educativo centrado no patrimônio cultural e que se volta para a aquisição de valores e comportamentos que permitam seu reconhecimento, valorização e preservação. Apropriar-se de seu patrimônio é identificar-se nele, é fortalecer o senso de pertencimento ao grupo do qual ele representa simbolicamente a identidade. Significa construir uma identidade a partir de traços de um passado comum.

O trabalho da educação patrimonial carece de metodologias e estratégias da ação educativa onde o homem como observador da paisagem urbana seja também protagonista, participante efetivo no processo de apropriação da cultura e do patrimônio, a partir do estabelecimento de uma relação de identidade, identificação com sua cidade, e porque não de caráter também afetivo. Queiroz (2009), salienta que *“Valorizar o patrimônio vai, portanto, muito além do respeito aos monumentos, obras de arte, museus. O que chamamos de patrimônio cultural vincula-se às pessoas e à sua ação, às histórias, hábitos e expressões, realidades que pertencem ao passado da população e cujos vestígios ainda fazem parte do cotidiano. Preservar é, então, uma atualização constante da memória e dos valores que definiram aquele objeto ou expressão cultural como representativos e, portanto, patrimônio da coletividade [...]”*

Queiroz (2009) defende ainda que ação do homem como protagonista da paisagem urbana vai mais além da conscientização, significa também a possibilidade dos diversos sujeitos culturais definirem por si mesmos, o que deve e o que é importante ser preservado, o que nos leva ao conceito liberal do multiculturalismo ou pluralismo, caracterizado, segundo Barbalho (2001), como o respeito e o direito de existência e manifestação das diferentes expressões culturais minoritárias de uma sociedade, o qual nos remete à questão do poder. Poder de definir, por exemplo, o que é a identidade e o que é a alteridade; o que é a norma, o padrão e o que é o desvio, o diverso, o diferente.

4.2. Teresina como objeto de estudo.

Teresina (1993), reporta que o município de Teresina está localizado à margem direita do Rio Parnaíba, ao lado do município maranhense de Timon, a 05°05'12" de latitude sul e 42°48'42" de longitude oeste. Apresenta clima tropical e chuvoso (megatérmico) de savana, com inverno seco e verão chuvoso, com precipitação mensal média de 1.339 mm, temperatura do ar de 26,8°C e umidade relativa do ar 70%.

Ainda acordando com Teresina (1993), a paisagem natural teresinense é caracterizada por uma cobertura arbustiva de médio porte e densa, com babaçuais e os carnaubais nativos que se estendem preferencialmente ao longo dos vales e terrenos quaternários de maior fertilidade. O cerrado e o cerradão constituem a forma mais comum de vegetação.

Segundo Afonso (2002), o ambiente natural urbano de Teresina é marcado pela presença de dois rios, o Poti e o Parnaíba; seu relevo é plano, sua vegetação é caracterizada pelas espécies que compõem a mata dos cocais.

Teresina (2002) relata que o desenho da cidade de Teresina foi cuidadosamente traçado, uma vez que fora planejada para tornar-se a nova Capital do Piauí, a partir de 1852. O seu fundador, o Conselheiro Saraiva, então Presidente da Província do Piauí, escolheu um local “alto e aprazível” à margem direita do rio Parnaíba, no topo mais regular do planalto que se forma entre as últimas curvas dos rios Parnaíba e Poti, antes do seu encontro, na barra do Poti. A cidade inicialmente era constituída de uma área central formada por um espaço vazio destinado a construção da praça, da igreja e de imóveis administrativos, seguidos por lotes residenciais, distribuídos em quadras organizadas em formato de tabuleiro de xadrez.

No que diz respeito à arquitetura, a nova capital do Estado apresentou-se, inicialmente, com um traçado planejado, onde os cruzamentos de suas ruas formavam ângulos retos. Esse traçado geométrico foi representado graficamente pela primeira vez em 1855. O Estado, como principal agente produtor e consumidor do espaço geográfico, foi o grande responsável pela construção, ocupação e ordenação da cidade de Teresina. Os prédios históricos erguidos no início da construção do município obedeciam a um padrão colonial e sediavam instituições públicas, moradias das elites governamentais, comerciais e fazendeiros da época, além de armazéns às margens do rio Parnaíba, na Avenida Maranhão, zona

portuária importante. Muitas das edificações situadas nessa área foram descaracterizadas e/ou demolidos, a exemplo de várias casas da Rua Paissandu, do famoso Bar Carnaúba, na Praça Pedro II e outros, que se encontram em péssimo estado de conservação. Algumas dessas edificações, antigas residências de pessoas da elite da cidade, cederam lugar a outras atividades comerciais e de prestação de serviços, como por exemplo, os estacionamentos.

5 RESULTADOS

A concepção de ferramentas de difusão educativa para valorização e preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico teresinense teve como objetivo maior, instigar o interesse e despertar a consciência para tal discussão. Apoiando-se em mecanismos físicos de divulgação, como apresentação e publicação de artigos em eventos na área, edição de cartões postais, montagem e publicação de livros e exposições de painéis, além de atuação no meio virtual, a partir de redes sociais e blogs, o grupo “Amigos do Patrimônio”, busca não somente, levantar informações à respeito dos objetos com valor arquitetônico na cidade de Teresina, mas divulgar tais informações à toda sociedade, promovendo, dessa forma, a educação patrimonial.

A partir de uma metodologia que dialoga tanto com a linha de pesquisa arquitetônica, como a histórica, realiza-se o levantamento de dados sobre os estilos arquitetônicos que se desenvolveram no processo de formação da cidade, tais como, o neoclássico, o ecletismo, o movimento art déco, o modernismo e o contemporâneo. Tal investigação é desenvolvida através de imagens fotográficas, materiais de projetos arquitetônicos, desenhos, croquis, aquarelas, vídeos, entrevistas e revistas que juntos, vêm construindo um Centro de Documentação do patrimônio arquitetônico teresinense.

O livro “Arquitetura em Teresina: 150 anos. Da origem à contemporaneidade”, publicado em 2002, foi o primeiro resultado em formato de livro do trabalho de pesquisa sobre modernidade e que trouxe à tona a discussão sobre o acervo arquitetônico moderno na capital piauiense.



Figura 01 – Capa do livro Arquitetura em Teresina: 150 anos. Da origem à contemporaneidade. Fonte: ALCÍLIA AFONSO.

O livro é um trabalho resultante de uma coletânea de artigos escritos no período de outubro de 2001 a maio de 2002, aos domingos, no caderno Alternativo do Jornal Meio Norte. Tais artigos tinham como objetivo traçar reflexões sobre os aspectos arquitetônicos e urbanísticos de Teresina, uma vez que a cidade estava preparando-se para a comemoração de seu sesquicentenário.

A metodologia utilizada para a elaboração dessa pesquisa, sobre o ambiente construído de Teresina, buscou trabalhar com a ampliação de questionários a fim de descobrirem-se pistas sobre os profissionais envolvidos na produção arquitetônica local, leituras bibliográficas especializadas em temáticas específicas, observações in loco, e levantamentos fotográfico e arquitetônicos.

Algumas indagações trazidas pelo livro questionam se, embora a cidade fosse relativamente nova, estaria preservando a sua memória? Os aspectos históricos, geográficos e culturais estariam sendo considerados nos novos projetos arquitetônicos? E como estava o centro histórico da cidade? Tais questionamentos objetivavam a reflexão do leitor, principalmente enquanto habitante da cidade.

O grupo “Amigos do Patrimônio” foi criado no ano de 2007 e desde então vem desenvolvendo suas pesquisas. Em 2009, foi publicado o primeiro livro produzido a partir das investigações realizadas pelo mesmo, sendo intitulado “Arquitetura Piauiense”, o qual consiste em um caderno de desenho que resgata a produção arquitetônica piauiense através de desenhos, esboços e croquis realizados por alunos e ex-alunos da disciplina de arquitetura brasileira 2 e que compunham o grupo, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Construção Civil e Arquitetura do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí (DCCA/CT/UFPI).

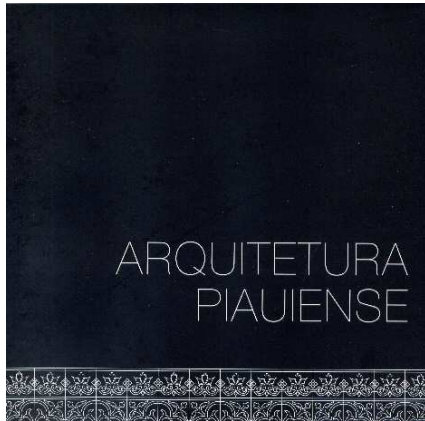


Figura 02 – Capa do livro Arquitetura Piauiense. Fonte: ANCÍLIA AFONSO.

O livro “Documentos da Arquitetura Moderna no Piauí”, produzido em 2010, é resultado de investigações científicas realizadas pelo grupo e é formado por artigos publicados pelos membros em congressos nacionais sobre modernidade, além de apresentar um inventário analítico arquitetônico sobre as principais obras modernas, ou mesmo, aquelas contemporâneas, que continuam seguindo os critérios de modernidade. A arquiteta Ana Rosa Negreiros colaborou na coleta de dados e em grande parte deste trabalho.

Os artigos que compõem o livro tratam de questões pertinentes ao acesso à documentação sobre modernidade no Estado, sobre as dificuldades em se inventariar e preservar a arquitetura moderna local; explana sobre a retomada de metodologia projetual moderna na contemporaneidade, além de resgatar a história da arquitetura moderna, narrando fatos que deram origem à implantação e à consolidação desta produção no Piauí.

Trata-se de um trabalho inédito, pois por primeira vez, os projetos arquitetônicos são resgatados, através de desenhos e fotografias, além, de levantar e divulgar dados sobre os principais personagens que implantaram a modernidade no Estado, expondo suas biografias e principais obras.

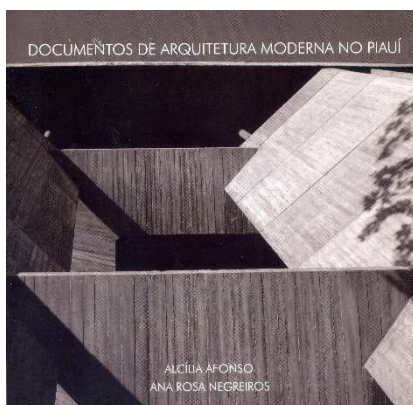


Figura 03 – Capa do livro Documentos de Arquitetura Moderna no Piauí. Fonte: ANCÍLIA AFONSO.

O livro que tem como título “Antonio Luiz. Arquiteto” publicado em 2012, procurou documentar e registrar a produção do arquiteto mineiro Antonio Luiz, residente em Teresina, desde o início da década de 60.

Sua produção arquitetônica caracteriza-se por adotar critérios projetuais modernos, adquiridos em sua formação na Escola Carioca, dedicando atenção especial à estrutura e aos detalhes.

Dividido em três partes, o livro dedica-se em um primeiro momento, a expor graficamente, parte desta produção arquitetônica, através de perspectivas e fotografais; na segunda parte, a difundir textos sobre alguns aspectos da obra desse importante profissional, elaborados pelos membros do grupo de pesquisa e na terceira parte, foram publicados alguns textos escritos pelo arquiteto, intitulados “Socorro para a arquitetura”, “Nova Fase”, e “Incertezas”.

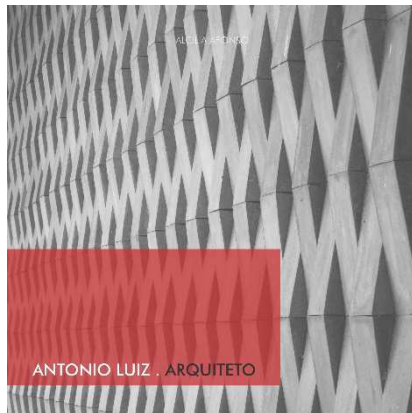


Figura 04 – Capa do livro Antonio Luiz. Arquiteto. Fonte: ANCÍLIA AFONSO.

O mais recente trabalho intitulado “Documentação da Arquitetura. Teresina 160 anos”, aborda questões como o processo de desenvolvimento urbano da cidade, além de explicitar os principais problemas que vem sendo submetidos os exemplares de arquitetura que constituem o patrimônio local.



Figura 05 – Capa do livro Documentação da Arquitetura. Teresina 160 anos. Fonte: ANCÍLIA AFONSO.

Além da produção de livros, outra ação desenvolvida pelo grupo é a produção de cartões postais de edifícios de valor arquitetônico não somente em uma escala local, mas regional, abrangendo todo o estado do Piauí.



Figura 06 – Desenho de Casa Eclética em Parnaíba. Fonte: DANIELE DANTAS.

O grupo também atua em meio eletrônico apoiando-se em redes sociais e blogs. Através do blog “Extensão e Pesquisa | Universidade Federal do Piauí – Arquitetura e Urbanismo, são divulgados as produções do grupo. Todo material publicado fisicamente, é disponibilizado no blog de forma gratuita, para que todos tenham acesso ao acervo até então produzido sobre o patrimônio da cidade. A

professora orientadora do grupo, Dr^a Alcília Afonso (Kaki), também mantém online o blog “Kaki Afonso | Arquitetura” direcionado à divulgação dos resultados de tais investigações. O resgate do patrimônio da cidade de Teresina também é feito a partir da produção de aquarelas pelos integrantes do grupo. A partir das visitas aos prédios e com base em seu registro fotográfico, são produzidas as ilustrações.



Figura 07 – Aquarela do Fórum de Justiça do Estado do Piauí. Fonte: KARLA SIMÕES.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a paisagem urbana estabelece relações com as pessoas que nela habitam e que a vivenciam, a partir dos elementos que a constituem, sejam eles naturais ou edificados e no que é concernente ao patrimônio edificado, este apresenta-se como um instrumento de resgate da memória coletiva de um local, logo, possui valores que devem ser preservados.

O acervo arquitetônico da cidade de Teresina é bastante diversificado. A paisagem urbana edificada é constituída por prédios de diferentes épocas e, por conseguinte, diferentes estilos. É possível encontrar no centro da cidade, edifícios modernos, de caráter institucional, por exemplo, edificados ao lado de edifícios ecléticos, como igrejas. Ademais, a cidade também possui prédios neoclássicos, do estilo art déco e contemporâneo.

Dessa forma, constata-se que tal acervo, que é rico, deve ser devidamente resgatado, através de fotografias, croquis, aquarelas, etc. e difundido à sociedade, a sua importância como instrumento de propagação da história da mesma, para que se assegure, dessa maneira, a preservação, evitando descaracterizações ou até demolições dos belíssimos exemplares que constituem a imagem da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, A. (2002). *Arquitetura em Teresina: 150 anos. Da origem à contemporaneidade*. Teresina: Ed. Halley. 2002.
- AZEVEDO, P; CORREA E. (2013). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: Estação Liberdade. UNESP. 2013.
- CHOAY, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp. 2001.
- CULLEN, G. (1983). *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins. 1983.
- GUTIÉRREZ, R. (1989). *Arquitetura Latino-Americana: textos para reflexão e polêmica*. São Paulo: Nobel. 1989.
- LEFF, E. (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes. 2001.
- LYNCH, K. (1997). *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes. 1991.
- POR

QUEIROZ, E. (2009). *Educação: um caminho para a preservação do patrimônio*.
<http://cepaipac.wordpress.com/2009/11/03/hello-world/o>. Consulta: 15/2/2014.

TERESINA. (1993). *Teresina, aspectos e características, perfil 1993*. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. 1993.

TERESINA. (2002). *Teresina Agenda 2015: Plano de Desenvolvimento Sustentável*.
<http://www.teresina.pi.gov.br/portalpmt/orgao/SEMPPLAN/doc/20080924-160-591-D.pdf>. Consulta: 15/2/2014.